

## **Demonstrações Contábeis**

### **ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE**

31 de dezembro de 2017 e 2016

com Relatório do Auditor Independente  
Sobre as Demonstrações Contábeis



16/março/2018

Aos conselheiros e administradores da

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

**Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Prezado senhor (a),

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S<sup>a</sup>. o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 da ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE.

Atenciosamente,



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio



**ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2016

**SUMÁRIO**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS ..... 4-6

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE**

CNPJ. : 26.219.946/0001-37

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

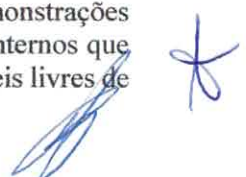
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos****Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram elaboradas, tendo em vista ser o exercício de 2017 o primeiro ano de atividade da Entidade. Dessa forma, não existem valores para fins comparativos.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 16 de março de 2018

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**  
**CRC/SP 2SP 024298/O-3**



Alexandre Charatti do Nascimento  
Contador  
CRC/SP 187.003/ O- 0  
CNAI – SP – 1620



# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## Associação Transparência e Integridade

CNPJ 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2017



# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## BALANÇO PATRIMONIAL

valores expressos em reais - centavos suprimidos

<u>ATIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2017</u>
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3</b>	<b>1.571.445</b>		
Caixa		2.829		76.414
Bancos Recursos Livres	10			14.783
Aplicação Financeiras Recursos Livres		1.568.606		1.800
<b>OUTROS ATIVOS CIRCULANTES</b>	<b>4</b>	<b>153.227</b>		<b>1.239.213</b>
Contas a Receber		153.227		
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.724.672</b>		<b>1.332.210</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>5</b>	<b>23.328</b>		
Imobilizado		26.019		415.790
( - ) Depreciações Acumuladas		2.691		
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.328</b>		<b>415.790</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.748.000</b>		<b>1.748.000</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Salários e Encargos Sociais	6			
Obrigações Tributárias				
Fornecedores	7			
Termos de Parcerias				
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>				<b>1.332.210</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>9</b>				
Patrimônio Social				
Superávit/Déficit Acumulado do Exercício				415.790
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>415.790</b>		<b>415.790</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.748.000</b>		<b>1.748.000</b>

Rogério Gerlan Paganatto

CPF: 129.306.908-60

CRC nº 1SP131.987/0-3



# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## Demonstração do Resultado do Período

valores expressos em reais - centavos suprimidos

	Nota Explicativa	2017
<b>Receitas sem Restrições</b>		<b>1.871.924</b>
Doações Pessoa Jurídica		3.944
Doações Pessoa Física		151
Patrocínios		10.000
Parceiros Institucionais	7	1.809.426
Receitas Financeiras		17.922
Receitas Diversas		2.754
Receitas com trabalhos de voluntários	3.h	27.727
<b>( - ) Deduções das Receitas</b>		<b>(431)</b>
Impostos Incidentes (Cofins)		(431)
<b>Receita Líquida</b>	<b>10</b>	<b>1.871.493</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(1.455.703)</b>
Pessoal	11	(557.724)
Serviços tomados de terceiros	12	(600.641)
Viagens		(183.592)
Ocupação		(19.968)
Veículos		(714)
Administrativa	13	(11.133)
Marketing/Desenvolvimento de Parcerias		(11.895)
Tributárias		(1.491)
Financeiras		(38.127)
Depreciações		(2.691)
Trabalhos de voluntários	3.h	(27.727)
<b>Superavit / (Déficit) Líquido do Exercício</b>		<b>415.790</b>

Rogério Gerlan Paganatto  
CPF: 129.306.908-60  
CRC nº 1SP131.987/O-3

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

valores expressos em reais - centavos suprimidos

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Incorporação em Patrimônio Social	-	-	-
Inventário de Imobilizado	-	-	-
Superavit em 2017	-	415.790	415.790
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	415.790	415.790

  
Rogério Gerlach Paganatto  
CPF: 129.306.908-60  
CRC nº 1SP131.987/0-3



# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

valores expressos em reais - centavos suprimidos

<b>1. Das Atividades Operacionais:</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Superávit / Déficit do Exercício	415.790	-
(+) Depreciação e amortização	2.691	-
<b>Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado</b>	<b>418.481</b>	<b>-</b>
<b>Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC</b>		
(Aumento) Redução de Contas a Receber	(153.227)	-
<b>Total de Acréscimo / (Décrécimo) do AC + ANC</b>	<b>(153.227)</b>	<b>-</b>
<b>Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC</b>		
Aumento (Redução) de Salários e Encargos	76.414	-
Aumento (Redução) de Obrigações Tributárias	14.783	-
Aumento (Redução) em Fornecedores	1.800	-
Aumento (Redução) Projetos a Executar	1.239.213	-
<b>Total de Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC</b>	<b>1.332.210</b>	<b>-</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>1.597.464</b>	<b>-</b>
<b>2. Atividades de Investimentos:</b>	<b>(26.019)</b>	<b>-</b>
Aquisições de Ativo Imobilizado	(26.019)	-
<b>(Diminuição) / Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>1.571.445</b>	<b>-</b>
<b>Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
Caixa Equivalente de Caixa no início do exercício	-	-
Caixa Equivalente de Caixa no final do exercício	1.571.445	-
<b>(Diminuição) / Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>1.571.445</b>	<b>-</b>

  
Rogério Gerlan Paganatto  
CPE: 129.306.908-60  
CRC nº 1SP131.987/Q-3



# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em reais – centavos suprimidos)

### 1. Contexto Operacional

A Transparência e Integridade é uma associação cívica de utilidade pública, independente e sem fins lucrativos, fundada em 19 de julho de 2016, sob o CNPJ 26.219.946/0001-37, Tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não governamentais.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

#### Base de apresentação das demonstrações contábeis

#### Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, a demonstração do resultado é igual ao resultado abrangente total.

#### Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## Uso de estimativas e julgamentos

As preparações das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

### a. Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

## Caixa e equivalentes de caixa

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

	<u>2017</u>
	<u>1.571.445</u>
Caixa	2.829
Bancos Recursos Livres	10
Aplicação Financeira Recursos Livres	1.568.606

## Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017.

### b. Imobilizado

## Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a taxa fiscal de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>
instalações	10%
móveis e utensílios	10%
equipamentos de informática	20%
máquinas e equipamentos	10%
software	20%

### c. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da Entidade não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

### d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### e. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## f. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

## g. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Ativo Imobilizado

## h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade registrou o montante de R\$ 27.727 referente a trabalhos voluntários.



# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## 4. Contas a Receber

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>
Transparência Internacional	153.227
	<u>153.227</u>

## 5. Imobilizado

<u>Imobilizado</u>	Tx. Depr. Anual	<u>2017</u>		
		<u>Custo</u>	<u>Depr Ac</u>	<u>Líquido</u>
Equipamentos Proc Dados	20%	26.019	(2.690,55)	23.328
TOTAL IMOBILIZADO		<u>26.019</u>	<u>-2.691</u>	<u>23.328</u>

## 6. Salários e encargos sociais

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>
Salários a Pagar	22.750
Provisão de Férias e Encargos	51.450
Inss a Recolher	1.661
Pls s/ Folha de Pagamento	554
	<u>76.414</u>

## 7. Termos de Parceria – Receita diferida

Os patrocínios são provenientes de empresas privadas destinadas ao cumprimento do objeto social da Associação Transparência e Integridade. O montante reconhecido do resultado do exercício é de R\$ 1.809.426. O saldo remanescente, no montante R\$ 1.239.213, será aplicado em programas no exercício de 2018 e se refere ao saldo dos patrocínios de empresas conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>
Transparency Internacional	86.552
O Ministério dos Negócios Estrangeiros Noruegues	395.000
Foundation to Promote Open Society	757.660
	<u>1.239.213</u>

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## 8. Riscos Trabalhistas (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança. A Entidade não reconhece os passivos contingentes quando esses são classificados como possíveis. Em 31 de dezembro de 2017, não foram constituídas provisões, pois não foram identificadas ações cuja probabilidade de perda seja reconhecida como provável.

## 9. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto por superávits do exercício aprovados pela Assembleia Geral.

## 10. Receita Líquida

A receita líquida é composta por parceiros institucionais, doações de pessoas jurídicas e físicas, rendas financeiras, outras receitas e gratuidades obtidas com serviços voluntários, diminuídos dos respectivos impostos, integralmente aplicadas no País e destinadas ao cumprimento do objeto social da Instituição.

## 11. Despesas com pessoal

Descrição	2017
Salários e Ordenados	339.424
Férias	37.970
13º Salário	28.503
Autonomos	2.633
Ass. Médica e Medicina do Trabalho	100
Vale Transporte	774
Vale Refeição/ Refeitório	14.827
Inss	87.861
Fgts	26.365
Pis Folha de Salários	3.296
Provisão Pis 13º Salário	277
Provisão FGTS Férias	5.252
Provisão INSS Férias	10.062
Provisão Pis Férias	380
	<u>557.724</u>

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## 12. Serviços prestados por terceiros

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>
Contabilidade	16.960
Jurídico	2.131
Consultoria	307.408
Pesquisa	137.873
Captação de Recursos	51.640
Programação	1.679
Motoboy- Entregas	239
Informatica	325
Serviços Gráficos	4.284
Comunicação	69.413
Serviços Administrativo	283
Outros Serviços tomados	8.407
	<u>600.641</u>

## 13. Despesas Administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>
Material de escritório	534
Peças para maquinas e equipamentos escritorio	210
Condução	314
Telefone, fax, internet	924
Lanches e refeições	3.538
Cartório	1.054
Correios e Malotes	441
Grafica	28
Crachas	1.245
Motoboy	32
Impressões	505
Taxi	1.976
Outros despesas administrativas	<u>333</u>
	<u>11.133</u>

## 14. Não comparabilidade entre os exercícios

Associação foi fundada em 19 de julho de 2016, ficando inativa até a data 01/01/2017 onde deu inicio em suas atividades operacionais, sendo assim as demonstrações contábeis estão apresentadas sem comparabilidade com o exercício anterior.

# Associação Transparência e Integridade

CNPJ: 26.219.946/0001-37

Demonstrações contábeis encerradas em  
31 de dezembro de 2017

## 15. Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2017.

## 16. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)

O Instituto é isento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) por sua natureza e objeto, conforme artigo 15 da Lei 9.532/1997.

O Instituto não é contribuinte do PIS na modalidade "Faturamento", sendo contribuinte a alíquota de 1% na modalidade folha de salários, conforme IN 247/2002.

São Paulo, 31 de Dezembro de 2017.



Bruno Brandão  
CPF: 013.938.336-08  
Diretor Executivo



Rogério Gerlach Paganatto  
CPF 129.306.908-60  
CRC 1SP131987/O-3